

# **Discurso do Embaixador Luiz Felipe Lampreia<sup>1</sup> na cerimônia de for- matura da turma “Ítalo Zappa” do Instituto Rio Branco.**

“Senhor presidente,

Cerimônias como esta despertam nos que já somos mais vividos uma combinação de sentimentos. Primeiro, ver refletido, nesse grupo de jovens, o momento em que éramos nós os diplomatas de primeira viagem. Recordar o que então imaginávamos viver e o que efetivamente vivemos. Segundo, o de nos colocarmos hoje na posição dos formandos e, juntamente com eles, tentar entender o presente e antecipar o futuro: como serão o Brasil e o mundo de amanhã e qual será o papel de diplomacia.

Às voltas com estes sentimentos, não resisto à tentação de retornar ao momento da minha formatura, naquele turbulento e tão distante ano de 1963. O presidente Fernando Henrique concordará que, para nós que já somos adultos, não foram, aqueles, tempos que se possam esquecer. Ainda no primeiro ano do Rio Branco, tínhamos vivido na crise dos mísseis de Cuba o episódio da História em que mais claramente esteve em jogo a própria sobrevivência da humanidade. Não sabíamos exatamente o que concluir daquele evento. Por um lado, estimulava-nos ver que a diplomacia estava no centro de tudo. Que, no universo profissional no qual iríamos ingressar, se decidiam os destinos do mundo.

Por outro lado, a noção para nós muito frustrante de que, naquele momento, o quadro internacional se resumia praticamente a um confronto entre duas ideologias, dois blocos, dois governos, em última instância, a dois homens, Kennedy e Krushev.

Duas semanas depois de sermos nomeados Terceiros-Secretários, mais um acontecimento dramático: o assassinato do presidente Kennedy. Quando meus colegas e eu estávamos sentados no lugar dos formandos de hoje, portanto, o mundo não era propriamente estável ou previsível. Ainda assim, nenhum de nós poderia imaginar o rumo que a História iria tomar,

---

<sup>1</sup>Ministro de Estado das Relações Exteriores.

o alcance das transformações que iriam ocorrer. A História, aliás, ensina a necessidade de certa modéstia, ou ao menos, de alguma prudência intelectual. O destino, porém, guardava provações ainda maiores para a nossa geração. A mais delicada foi a longa convivência com o autoritarismo – circunstância histórica a que se submeteu o Brasil, tanto em razão de sua problemática interna, quanto das vicissitudes da confrontação ideológica global. Passamos os jovens diplomatas dos anos 60 a concentrar todas as nossas energias na luta pela superação do subdesenvolvimento econômico.

Esta travessia foi marcada por eventos memoráveis como a II Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento e tantos outros em que minha geração, liderada por colegas mais antigos, como Azeredo da Silveira, Ronaldo Costa e George Maciel, encontrou energia e motivação na idéia de que, embora não pudéssemos participar mais plenamente, como cidadãos e servidores públicos, das mudanças que queríamos para o Brasil, nos dedicaríamos a trabalhar por uma política externa mais ambiciosa e afirmativa, bem como pela construção de uma ordem internacional mais justa e favorável à afirmação e ao desenvolvimento do país. Foi o que fizemos, com convicção e entusiasmo.

O Brasil dava naquela altura um grande salto em termos de progresso material, de infra-estrutura, de industrialização, de comércio exterior. À medida que o tempo passava, por conseguinte, falávamos e atuávamos em nome de um país cada vez mais importante, cioso de sua independência e autonomia. O vigor e os desafios do desenvolvimento acelerado iriam intensificar ainda mais a renovação da política externa, especialmente a partir de 1974. O restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China, em agosto daquele ano, e o pronto reconhecimento da independência das ex-colônias portuguesas, meses depois, foram alguns dos marcos mais visíveis dessa renovação. Como chefe do Departamento da Ásia, África e Oceania, o Embaixador Ítalo Zappa, patrono da turma que hoje se forma, participou ativamente do planejamento e execução dessas decisões. Zappa tinha gosto em ser um desbravador de novas frentes diplomáticas e transformou a sua carreira em exemplo de trabalho pela afirmação da autonomia de nossa política externa. E eu entendo que seja esse o sentido da homenagem que os novos diplomatas resolveram fazer-lhe, a qual eu me junto, como Chanceler e, sobretudo, como colega e amigo do Embaixador Zappa.

Caros formandos, antes de concluir esta breve volta ao passado, acrescento uma observação sobre os anos que se seguiram àquele momento de mudança da política externa. Tínhamos clara consciência - até porque o

sentíamos no dia-a-dia - de que a nossa projeção no mundo seguia marcada pela permanência do autoritarismo, pelas violações dos direitos humanos, pelo descaso para com o meio ambiente, valores que ganhavam espaço nas normas de comportamento internacional.

Tal como na esfera econômica o sucesso do modelo de substituição das importações, com forte intervenção e proteção estatal, retardou entre nós a percepção de que era preciso mudar, também na política externa nossos êxitos diplomáticos, e o sólido respaldo na opinião pública interna, atrasaram a atualização de posições e atitudes, especialmente em matéria de defesa da democracia, direitos humanos, meio ambiente e não-proliferação. Essa atualização desencadeou-se a partir de 1985, ganhou impulso no início dos anos 90, mas ampliou-se e acelerou-se especialmente no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Das medidas que tenho definido como resgate de ‘hipotecas’ do passado, e entre as quais se inclui a adesão ao TNP, a mais recente foi o reconhecimento da jurisdição obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos. O professor Antônio Augusto Cançado Trindade, vice-presidente da Corte e paraninfo desta turma, foi ao mesmo tempo incentivador e testemunha da determinação do presidente Fernando Henrique e de seu governo de dar mais esse importante passo na transformação de nosso relacionamento com o meio internacional.

Senhor Presidente, caros formandos,

Todos queríamos que o Brasil tivesse mudado muito mais nos últimos trinta anos, que tivéssemos passado definitivamente à condição de país desenvolvido, que tivéssemos conseguido melhorar a qualidade de vida da maioria dos brasileiros. Tudo isso é verdade, bem sabemos. O fato inegável, porém, é que, embora não tenhamos ainda chegado aonde todos queremos chegar – a minha geração talvez tivesse uma visão excessivamente ambiciosa de sua capacidade de transformar as coisas – os novos colegas que agora se formam começam suas carreiras em um país muito diferente, e muito melhor do que o Brasil de 1963. Hoje servimos a uma sociedade que pode cada vez mais e, com toda justiça, reivindica e espera cada vez mais. Nosso dever como servidores do Estado é fazer sempre o máximo para corresponder a essas demandas e expectativas. Hoje representamos um país politicamente amadurecido e estável. Nossas instituições fundamentais, embora aperfeiçoáveis, como todas as organizações de pessoas, funcionam e cumprem o seu papel. Hoje trabalhamos para uma sociedade amplamente servida de entidades e lideranças, cuja atuação compõe o quadro de demandas e vontades a partir do qual se define o interesse nacional que nos cabe defender e promover. Hoje temos Forças Armadas democráticas e

disciplinadas, estritamente dedicadas as suas atividades profissionais e cumpridoras de sua vocação histórica e de sua missão constitucional. Hoje contamos com uma imprensa livre e vigorosa, que tem cumprido uma função muito relevante nessa mudança da vida nacional. Não posso deixar de observar, no entanto, que, talvez em função da magnitude dos desafios internos do Brasil, os nossos meios de comunicação dedicam um espaço excessivamente limitado aos temas das relações internacionais do País. Essa dimensão, todos sabemos, é cada vez mais importante na superação definitiva dos nossos problemas, dada nossa inevitável necessidade de uma sempre melhor inserção internacional do Brasil. Em todas essas frentes, e em muitas outras, houve avanços inegáveis. Mas a diferença mais importante entre o dia de hoje e o momento de minha formatura é, sem dúvida, o fato de que, ao contrário de 1963, não existe agora qualquer ameaça de retrocesso no desenvolvimento político e social do País. Ao longo de suas carreiras, os colegas que agora se incorporam ao Itamaraty serão representantes de uma democracia cada vez mais vigorosa, de uma sociedade que não admite abrir mão do poder e dos direitos que lhe cabem.

A propósito, quero fazer uma observação sobre a nossa atuação internacional. O Brasil tem praticado uma política externa convergente com os vetores principais da vida internacional, não por uma preferência ou por caprichos do presidente Fernando Henrique Cardoso ou daquele que ele escolheu para dirigir o Itamaraty, e sim porque esse rumo reflete os valores e as aspirações da nossa sociedade para o seu próprio futuro. Os brasileiros querem, nós queremos, mais democracia, mais respeito aos direitos humanos, mais oportunidades de realização pessoal e bem-estar material, mais liberdade e melhores condições de empreendimento econômico, mais acesso a bens e serviços gerados no exterior, mais espaço para exportar nossos produtos, mais preservação do meio ambiente, mais cooperação no combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas. O nosso discurso e a nossa ação diplomática nesses e em outros temas é coerente, pois defendemos para o mundo o mesmo que queremos para nós. Não temos a ilusão de que a humanidade se esteja aproximando de modo uniforme desses ideais e objetivos, ou sequer de que o atual ordenamento internacional seja o melhor caminho para chegarmos a isso. Daí a razão pela qual, apesar de nos orientarmos pelos valores prevaletentes na cena mundial, seguimos convencidos de que a política externa brasileira deve estar voltada não para a manutenção do *statu quo*, numa postura conservadora, mas sim para a transformação de uma realidade internacional que ainda tem mais defeitos do que virtudes. Apesar de a ação militar da OTAN se realizar por

ponderáveis motivações humanitárias, a atual crise no Kosovo - especialmente a circunstância de uma aliança de países haver julgado necessário recorrer à força prescindindo do mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas - e atestado claro e preocupante de que as instituições e o direito internacionais ainda não se conseguiram impor completa e definitivamente em um universo que segue regido, em última instância, pelo exercício do poder econômico e militar. Ao Brasil, e à grande maioria das nações, não interessa tal estado de coisas. Faz sentido, portanto, que trabalhem por sua mudança. Esse impulso transformador deve combinar-se, no entanto, com uma boa dose de realismo. Para todas as diplomacias do mundo, o meio internacional é um dado da realidade. Em outras palavras, algo cujas características fundamentais, e cuja dinâmica, estão além do controle individual de qualquer país. Isto não significa, é evidente, que não haja enormes diferenças de capacidade de influência entre os diversos Estados nacionais. Mas sim quer dizer que, diante de uma vida internacional cada vez mais integrada e complexa, os governos e as sociedades que representam devem ter uma visão lúcida dos limites de seu poder de controlar o curso dos acontecimentos no plano global, ou de isolar-se de seus efeitos.

Penso em realismo não como oposto de idealismo, mas como contrário de ingenuidade – este um defeito absolutamente incompatível com a condição de diplomata. Refiro-me, por um lado, à ingenuidade daqueles para quem o simples aprofundamento dos laços com o ambiente externo, e a obediência aos cânones dominantes, trariam a solução para os problemas fundamentais das sociedades a que pertencem.

Como explicou San Tiago Dantas, na cerimônia de formatura da minha turma, da qual foi paraninfo: “realista no sentido de que as idéias são o reflexo objetivo da realidade na consciência, e (...), ao mesmo tempo, racional, no sentido de que os meios de ação, os tipos de comportamento e as decisões estão comensurados aos fins por critérios ditados pela razão”. Além de realismo, é preciso trabalhar com claro sentido de História. O que em um dado momento talvez se afigure como uma avenida luminosa pode transformar-se, pouco depois, em obscuro beco sem saída. Daí a necessidade de buscarmos invariavelmente, em nosso relacionamento externo, o maior grau possível de autonomia. Este sempre foi e continua a ser um parâmetro básico da diplomacia brasileira. Autonomia não se confunde com isolamento ou auto-suficiência, mas com a preservação de margens de escolha e manobra suficientes para que sejamos capazes de seguir os caminhos delineados pela vontade e pelos interesses da Nação a que servimos.

Senhor Presidente, novos colegas,

Algo essencial não mudou entre a minha formatura e a manhã de hoje: o desenvolvimento, na acepção mais abrangente do conceito, continua a ser para o Brasil, para todos nós, o desafio maior, a grande luta a vencer.

Não nos enganemos: as profundas desigualdades e carências que ainda caracterizam a nossa sociedade são o principal impedimento a que o Brasil tenha um papel de maior peso na vida internacional e possa influir para torná-la mais propícia à realização de nossos interesses e aspirações. A prioridade absoluta da diplomacia brasileira só pode ser, por conseguinte, servir à causa do desenvolvimento. É o que vimos fazendo há várias décadas e será, sem dúvida, o que o Itamaraty continuará a fazer, com dedicação e orgulho, até que nós brasileiros tenhamos conseguido transformar o Brasil na Pátria justa, no ‘sonho intenso’ de que fala nosso Hino Nacional”.